

AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 1.790.574 - SP (2019/0005173-4)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
AGRAVANTE : JOSE RODRIGUES DA SILVA
AGRAVANTE : MARTA LIMA DE MIRANDA
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

DESPACHO

Trata-se de expediente avulso com petição de agravo regimental interposto por **MARTA LIMA DE MIRANDA** contra decisão desta Relatoria, às fls. 1.511-1.514 (e-STJ), que deu parcial provimento ao recurso especial para determinar a suspensão da execução provisória das penas restritivas de direitos impostas à agravante e ao corréu.

Com efeito, o prazo para a interposição do agravo regimental, em controvérsias que versem sobre matéria penal ou processual penal, segue a regra estabelecida no artigo 258 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, ou seja, permanece em 5 dias, não tendo sido alterado pelo novo Código de Processo Civil.

No caso, a decisão agravada foi publicada no DJe de 16/4/2019, tendo a Defensoria Pública da União sido intimada eletronicamente em 26/4/19, consoante certidões acostadas às fls. 1.515 e 1.517 (e-STJ). Entretanto, **o presente agravo somente foi protocolizado em 20/5/2019** (e-STJ, fl. 3 do Expediente Avulso), portanto, fora do prazo legal. Ressalta-se que o trânsito em julgado da decisão ocorreu em 9/5/19, conforme certidão de fl. 1519 (e-STJ).

Desta feita, certificado o trânsito em julgado da decisão de fls. 1.511-1.514 (e-STJ), indefiro o processamento do agravo regimental, por nítida intempestividade.

À Coordenadoria de Processamento de Feitos de Direito Penal para que proceda aos trâmites de praxe quanto à baixa dos autos.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 12 de junho de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS
Ministro